

## BNCC DEMOCRÁTICA? UMA CARTOGRAFIA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO NACIONAL

Alice Moraes Rego de Souza<sup>1</sup>

### Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo cuja circulação, nos dias atuais, baliza a produção de livros didáticos, avaliações de larga escala, sistemas de ensino e, não raro, é apresentada como sinônimo de qualidade da educação. Não obstante, seu processo de construção sinaliza rupturas e dá pistas sobre diferentes concepções educacionais em disputa que têm participado do debate político-educacional brasileiro. Diante disso, este artigo objetiva dar visibilidade ao caráter processual da construção da Base, expondo as dissidências que se impuseram em seu decorrer e contestando seu pretense efeito de resultado de consensos. Para tal, este trabalho se estrutura na perspectiva cartográfica (BARROS; KASTRUP, 2015) e desenvolve suas seções mapeando a rede de forças que constitui a formulação das diferentes versões da BNCC até sua versão homologada. A análise da BNCC no contexto de sua elaboração mostra que o documento: 1- afetou-se de forma significativa por interesses do segmento privatista - liderado pelo Movimento pela Base - e de articulações neoconservadoras - encabeçadas pelo Escola sem Partido; 2- nasce de um processo descontinuado, considerando cisões situadas no contexto pós-golpe parlamentar de 2016, sendo constituído por arbitrariedades que fragilizam seu valor democrático.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Democracia; Privatização da Educação; Cartografia Social.

---

<sup>1</sup>Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2019). Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2013). Licenciada em Letras (habilitação Português - Espanhol) pela UERJ (2010). Professora de língua espanhola e portuguesa no CEFET-RJ Petrópolis. Atuou como professora de língua espanhola das redes municipais de educação de Niterói e do Rio de Janeiro. Atua com pesquisa nas áreas de Análise do Discurso / Linguística Aplicada, formação de professor, políticas de currículo e ensino de língua estrangeira. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3618-7199>. E-mail: alimoraes87@gmail.com.

## DEMOCRATIC BNCC? A CARTOGRAPHY OF A NATIONAL CURRICULUM'S CONSTRUCTION

### Abstract

The Brazilian National Common Curricular Base (BNCC, in the original Portuguese acronym) is a normative document whose circulation, nowadays, guides the production of textbooks, large-scale assessments, teaching systems and is often presented as a synonym of quality in education. Nevertheless, its construction process shows ruptures and gives clues about different educational conceptions in dispute that have participated in the Brazilian political-educational debate. Based on that, this paper aims to give visibility to the procedural nature of the construction of the Base, exposing the dissent that was imposed in its course and contesting its alleged effect as a result of consensus. To this end, this work is structured in a cartographic perspective (BARROS; KASTRUP, 2015) and develops its sections by mapping the network of forces that constitute the formulation of the different BNCC's versions. The BNCC's analysis in the context of its elaboration shows that the document: 1- was significantly affected by the interests of the privatist segment - led by the Movement for the Base - and neoconservative articulations - headed by the Non-partisan School; 2- is born from a discontinued process, considering divisions located in the Brazilian context of the post-parliamentary coup of 2016, being constituted by arbitrariness that weaken its democratic value.

**Keywords:** Brazilian National Common Curricular Base; Democracy; Privatization; Education; Social Cartography.

## ¿BNCC DEMOCRÁTICA? UNA CARTOGRAFÍA DEL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE UN CURRÍCULO NACIONAL

### Resumen

La Base Nacional Común Curricular (BNCC) de Brasil es un documento normativo cuya circulación, en la actualidad, fundamenta la producción de didácticos, evaluaciones a gran escala, sistemas de enseñanza y, a menudo, se presenta como sinónimo de educación de calidad. Sin embargo, su proceso de construcción señala rupturas y deja huellas sobre diferentes concepciones

educacionais em disputa que han participado del debate político-educacional brasileiro. Frente a eso, este artículo tiene el objetivo de dar visibilidad al carácter procesual de construcción de la Base, exponiendo los conflictos que se impusieron en su curso y contestando su presunto efecto de resultado de consensos. De ese modo, este trabajo se estructura en la perspectiva cartográfica (BARROS; KASTRUP, 2015) y desarrolla sus secciones mapeando la red de fuerzas que constituye la formulación de las diferentes versiones de la BNCC. El análisis de la BNCC en el contexto de su elaboración muestra que el documento: 1- se afectó de manera significativa por intereses de agentes privatistas - liderados por el Movimiento por la Base - y de articulaciones neoconservadoras - capitaneados por el movimiento Escuela sin Partido; 2- nace de un proceso discontinuado, considerando rompimientos situados en el contexto posterior al golpe parlamentario de 2016, y se constituye por arbitrariedades que fragilizan su valor democrático.

**Palabras clave:** Base Nacional Común Curricular; Democracia; Privatización de la Educación; Cartografía Social.

## Introdução

A Base Nacional Comum Curricular, bem como outras políticas curriculares construídas no Brasil, é resultado de sucessivos conflitos e negociações característicos das relações sociais de nosso país. Os embates que constituíram seu processo de elaboração, no entanto, ficam à sombra do valor normativo do documento e acabaram por fazê-lo circular como uma referência de qualidade, não raro, entendida como incontestável. Se por um lado isso beneficia o mercado da educação, com a promoção de livros, sistemas de ensino e de gestão, propostas de avaliação em larga escala, por outro, sacrifica a diversidade e as múltiplas perspectivas educacionais que ficaram de fora da BNCC.

Tendo em vista esse cenário, este artigo busca divulgar parte do que se construiu na pesquisa intitulada “Base Nacional Comum para quê/quem: cartografia de conflitos discursivos na construção de um currículo nacional”<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Pesquisa de doutorado desenvolvida de 2015 a 2019 pela autora do artigo e orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Del Carmen Daher no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF).

de modo a dar visibilidade ao caráter processual da construção da Base, com vistas a expor as disputas que se impuseram em seu decorrer. Para isso, partimos da perspectiva da Cartografia Social, de modo a abordar a BNCC sob um olhar que “não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo”, buscando “desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado”. (BARROS; KASTRUP, 2015, p.57)

Com efeito, a construção da Base, envolveu um longo processo dividido em diversas etapas previstas desde o início da oficialização de sua criação, em 2015. Em resumo, as etapas foram: consulta pública sobre a primeira versão; seminários estaduais para debate da segunda versão; audiências públicas para discussão da terceira versão; e aprovação do texto final pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal construção processual e aparentemente participativa, no entanto, se deu em um momento político no qual sucessivas ações atacavam a democracia brasileira e isso, claramente, constituiu a rede de forças que instituiu a BNCC.

Importante considerar também que a complexidade do processo de produção da BNCC também se deve aos diversos atores – individuais e institucionais – envolvidos em tal debate. De início, cabe ressaltar que a demanda pela BNCC se constrói por meio de práticas de indução de políticas educacionais frequentemente conduzidas por agentes privatistas – um conjunto articulado de instituições vinculadas às grandes corporações, como a *Todos pela Educação (TPE)*, *Fundação Lemann*, *Instituto Ayrton Senna*, *Itaú Social*, entre outros. Especificamente no caso da BNCC, o grupo que atualmente se denomina *Movimento pela Base (MPB)* – fundado por *Fundação Lemann*, *Instituto Natura* e *Itaú BBA* – foi o responsável por fomentar a inclusão de tal demanda na agenda educacional brasileira (AVELAR; BALL, 2019), colocando-a como necessária para a qualidade da educação, autolegitimando seus enunciados sobre políticas curriculares (SOUZA; LOPES, 2022) e, assim, contrapondo-se às discussões encabeçadas por autoridades reconhecidas na área de Educação e Currículo.

O que se apresentou até aqui é apenas a síntese de um processo com desdobramentos imprescindíveis ao entendimento de que a Base não representa uma “verdade” ou um consenso, mas é o resultado de uma disputa na qual uma dada visão de Educação vence e recebe o status de norma. Assim, no decorrer deste artigo, nos dedicamos a abordar cada uma das etapas de criação da BNCC, considerando os tensionamentos que se fizeram presentes envolvendo uma conturbada conjuntura política e interesses de diferentes sujeitos, assim como seus reflexos diretos na construção da referida política curricular.

### **“PRIMEIRAS” LINHAS DA BASE: DA PARTICIPAÇÃO POPULAR À TENTATIVA DE INTERVENÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Oficialmente, a formulação da BNCC começou em 2015, quando a Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 instituiu uma comissão de especialistas para redigir sua versão preliminar. Em 16 de setembro de 2015, essa versão, a qual convencionamos chamar de BNCC1-2015, foi divulgada, coincidindo com o início do período de consulta pública, que seguiu até 15 de março de 2016, durante o qual todos os cidadãos brasileiros poderiam enviar sugestões sobre o documento. Além de ter sido objeto de uma consulta pública, a versão preliminar da BNCC foi analisada por um grupo de 90 professores da Educação Básica e do Ensino Superior (de todos os componentes curriculares incluídos na BNCC), convidados pelo MEC para realizarem leituras críticas e, por conseguinte, redigirem pareceres<sup>3</sup>.

As contribuições advindas da consulta pública foram registradas por meio do *Portal Virtual da Base*, que era, além de um meio de divulgação, uma ferramenta para auxiliar as etapas de coleta e análise. A participação na consulta, portanto, exigia um cadastro no portal em três possíveis categorias: indivíduo, organização ou escola.

---

<sup>3</sup> Os pareceres estão disponíveis em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/relatorios-e- pareceres>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

Considerando a cronologia de elaboração da Base, a consulta pública foi o primeiro dispositivo usado como argumento para defender / constituir um efeito de sentido democrático atribuído a essa política curricular. Não foram raras as ocasiões em que se apresentaram cifras expressivas relativas às contribuições registradas, salientando que se tratava de um processo participativo. De fato, houve espaço para a participação popular, entretanto, uma apresentação simplória dos números pouco tem a dizer sobre um efetivo processo de interlocução e participação. Nesse sentido, um ensaio de Fernando Cássio, veiculado no jornal Nexo, em dezembro de 2017, refuta que as 12 milhões de contribuições registradas no portal da Base tenham sido sinônimo de 12 milhões de contribuintes, além de questionar o efetivo valor de intervenção desses registros no documento em construção.

Conforme Cássio (2017), dos mais de 300 mil cadastros realizados, somente 143.928 efetivamente deixaram contribuições (número correspondente ao total das três categorias - indivíduo, organização e escola). O autor problematiza os dados numéricos e explica que

A palavra “contribuição” é utilizada de modo indistinto para respostas a perguntas de múltipla escolha e para sugestões de intervenções no texto. Isso significa que um contribuinte único que tenha interagido, por exemplo, com os 279 objetivos relacionados ao componente curricular Língua Portuguesa (entre Ensino Fundamental e Médio) – e, eventualmente, clicado “concordo plenamente” com a clareza e a pertinência/relevância dos mesmos – terá contribuído, segundo o cálculo do MEC, 279 vezes com a consulta [...].

Entre o número de contribuintes únicos e as 12 milhões de “contribuições” divulgadas há uma diferença de 8400%. Se considerarmos como contribuições efetivas aquelas que de fato propuseram intervenções no texto da Base (preenchimento de caixas de texto livre), teríamos 27.138 sugestões de inclusão de novos objetivos e 157.358 sugestões de modificação de objetivos existentes, o que representa apenas 1,52% do fabuloso número. (CÁSSIO, 2017, on-line).

Finalizada a etapa de consulta pública e de recebimento dos mencionados pareceres dos leitores críticos, uma equipe composta por profissionais da *Universidade de Brasília* (UNB), contratada pelo MEC, apoiada por pesquisadores convidados da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-Rio), trabalhou no tratamento dos dados para formulação de

relatórios referentes às contribuições. Com base nos dados sistematizados, a comissão de especialistas voltou a trabalhar no documento, incumbida de analisar sugestões e empreender eventuais modificações / inclusões. Depois de quase um mês e meio do fim da consulta pública, obteve-se a segunda versão da Base (doravante BNCC2-2016) que, em 03 de maio de 2016, foi entregue ao *Conselho Nacional de Educação* (CNE) pelo então ministro da educação, Aloizio Mercadante. Pouco tempo depois, em 12 de maio de 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu o golpe parlamentar que a destituiu do cargo para o qual fora eleita.

Tendo em vista o mapa que buscamos traçar, de modo a compreender as disputas presentes no processo de construção da BNCC, cabe destacar que em 31 de maio de 2016 – pouco depois da entrega da segunda versão do documento e do afastamento temporário de Dilma Rousseff –, a *Comissão de Educação da Câmara de Deputados* realizou um ciclo de debates sobre a BNCC. Esse evento ocorreu como consequência de requerimentos realizados por dois deputados, a saber: 1- Dorinha Seabra (DEM-Tocantins), em 07 de abril de 2015 – isto é, antes mesmo da publicação da portaria que formalizou a comissão de especialistas responsáveis pela redação da versão preliminar; e 2- Rogério Marinho (PSDB-Rio Grande do Norte), mais de um ano depois, em 03 de maio de 2016 (mesmo dia em que foi divulgada a segunda versão).

A despeito de a elaboração da Base não preconizar qualquer participação ou poder de decisão do *Congresso Nacional* no âmbito da construção de tal política curricular, o ciclo de debates foi realizado. Os requerimentos formais para realização do evento apontavam como justificativas, a importância da BNCC no cenário educacional nacional, sua relação com as metas do PNE, entre outros aspectos (REZENDE, 2015; MARINHO, 2016). O Seminário<sup>4</sup> foi composto por diferentes sessões ao longo de um dia, organizadas por mesas temáticas, conforme mostra o quadro 1:

---

<sup>4</sup>A equipe de assessores e especialistas atuantes na construção das primeiras versões da Base não foi envolvida nesse ciclo de debates.

**Quadro 1 - Programação do Seminário BNCC na Câmara dos Deputados (2016)**

**Mesa de Abertura**

- Deputado Damião Feliciano (PDT/PB) - 3º Vice-Presidente da Comissão de Educação
- Deputada Prof<sup>a</sup>. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
- Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)
- Deputado Alex Canziani (PTB/PR) - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação
- Maria Helena G. de Castro - Secretária Executiva do Ministério da Educação - MEC
- Eduardo Deschamps - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED
- Iolanda Barbosa da Silva Presidente - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação da Paraíba/PB
- Denis Mizne - Diretor Executivo da Fundação Lemann

**Mesa 1 - Educação Infantil e Alfabetização na BNCC**

Coordenador: Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

Palestrantes:

- Beatriz Ferraz - Gerente de Educação Infantil da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
- Amábile Pacios - Presidente da Federação das Escolas Particulares - FENEP
- Anna Helena Altenfelder - Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec

**Mesa 2 - Ensino Fundamental na BNCC**

Coordenador: Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN)

Palestrantes:

- Daniel Cara - Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Kátia Smole - Diretora-Geral do Grupo Mathema
- Cleuza Repulho - Ex-presidente da Undime
- Ilona Becskeházy - Especialista em Educação

**Mesa 3 - Ciências Humanas na BNCC**

Coordenadores: Deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e Rogério Marinho (PSDB/RN)

Palestrantes:

- Orley José da Silva - Professor na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia /GO
- Bráulio Porto de Matos - Professor de Sociologia do Departamento de Educação da Universidade de Brasília - UnB
- Padre José Eduardo de Oliveira e Silva - Professor Universitário da Faculdade São Bento/SP

**Mesa 4 - O Ensino Médio na BNCC**

Coordenadora: Deputada Prof<sup>a</sup>. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

Palestrantes:

- Rossieli Soares da Silva - Secretário de Educação Básica - MEC
- Ricardo Henriques - Superintendente do Instituto Unibanco
- Russel Teresinha D. da Rosa - Professora Associada do Departamento de Ensino e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS

**Encerramento**

Fonte: Souza (2019).

Uma breve análise a respeito dos 22 componentes que participaram das cinco mesas (17 convidados e cinco deputados da Câmara) nos apresenta o seguinte panorama:

- 11 são integrantes do *Movimento pela Base* (MPB),
- 2 são / foram integrantes da *Undime* – entidade que apoia o MPB;
- 7 são ou foram<sup>5</sup> integrantes de organizações filantrópicas ligadas à educação e apoiadas por grandes empresas e instituições financeiras (alguns deles coincidem com os apoiadores do MPB);
- 1 é vinculada à *Federação Nacional de Escolas Particulares* (FENEP)<sup>6</sup>;
- 5 são apoiadores do *Movimento Escola sem Partido* (ESP)<sup>7</sup>;
- 2<sup>8</sup> declararam estar de acordo com as ideias do ESP, defendendo a existência de “doutrinação” e “ideologia de gênero” nas escolas.

Do total, apenas três participantes não possuem conexão com o MPB ou com o ESP. A figura 1 esquematiza os mencionados participantes, tendo em vista suas filiações institucionais ou ideológicas, evidenciando as interseções, no caso daqueles que se situam em mais de um.

---

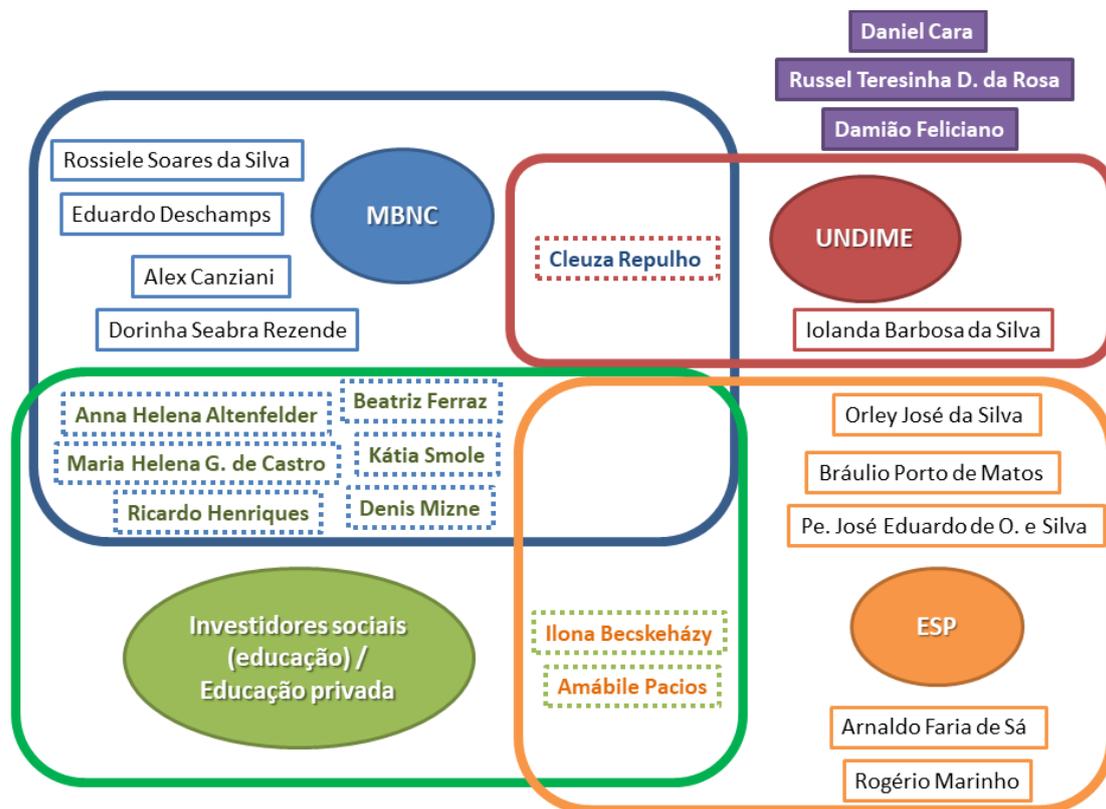
<sup>5</sup> Neste conjunto, incluímos Ilona Becskeházy que de 2002 a 2011 foi diretora executiva da *Fundação Lemann* e Maria Helena Guimarães de Castro que foi membro do comitê técnico do TPE. Esclarecemos, ainda, que Ricardo Henriques compõe o grupo não apenas por ser superintendente do *Instituto Unibanco*, mas também por ser do conselho de governança do TPE.

<sup>6</sup> Amábile Pacios foi presidente da FENEP de 2011 a 2015 e vice-presidente no biênio 2017-2019, tendo apoiado declaradamente que a BNCC fosse aprovada no âmbito do Congresso Nacional e não no CNE. Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.andifes.org.br/escolas-particulares-temem-rigidez-da-nova-base-curricular/>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>7</sup> O *Movimento Escola sem Partido* (ESP), fundado pelo advogado Miguel Nagib, se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 26 jan. 2023. O ESP encabeçou projetos de lei em diversos estados, incentivando o cerceamento da liberdade de cátedra dos docentes, criminalizando esses profissionais e fazendo circular discursos que violam o imperativo do respeito à diversidade.

<sup>8</sup> Ilona Becskeházy e Amábile Pacios declararam concordância com pautas do ESP, conforme se pode ver em <<https://exequi.com/2016/06/13/1817/>> e <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/metropoles-entrevista-professora-amabile-candidata-ao-senado-assista>>. Acessos em: 26 jan. 2023.

**Figura 1 - Participantes do Seminário da BNCC na Câmara dos Deputados<sup>9</sup>**



Fonte: Souza (2019).

Todo o exposto a respeito dos participantes do referido seminário sinaliza o encaminhamento da discussão favorecendo a defesa da BNCC, a agenda defendida pelo MPB – considerando sua interseção com as agendas dos chamados investidores sociais – e do ESP. Resta esclarecer que o *Movimento Escola sem Partido* (ESP), fundado pelo advogado Miguel Nagib, se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”<sup>10</sup>. O ESP encabeçou projetos de lei em diversos

<sup>9</sup> A sigla MBNC, presente na figura, corresponde ao Movimento pela Base (MPB). À época da elaboração da figura, o grupo era conhecido como Movimento pela Base Nacional Comum, por isso, MBNC. No entanto, recentemente, passou a intitular-se apenas Movimento pela Base (MPB), sigla que optamos por usar no decorrer deste artigo.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

estados, incentivando o cerceamento da liberdade de cátedra dos docentes, criminalizando esses profissionais e fazendo circular discursos que violam o imperativo do respeito à diversidade social.

Ainda sobre o ESP, ressaltamos que sua demanda é o que justifica a existência de uma mesa específica voltada para a área de *Ciências Humanas*, única área de conhecimento que se tornou objeto de uma mesa exclusiva no evento – composta integralmente por apoiadores de tal movimento –, ao passo que todas as demais se organizaram com foco em uma etapa da Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Diante dos primeiros movimentos cartográficos aqui realizados, com base no contexto de produção da BNCC1-2015 e BNCC2-2016, já somos capazes de compreender um conjunto de perspectivas que buscava fazer ecoar suas vozes em um documento curricular nacional, promovendo e fortalecendo, no campo político-educacional, concepções que associam à qualidade da educação valores do mercado privado e de negação da diversidade e da democracia.

## **UMA NOVA PRIMEIRA VERSÃO DA BASE: A OFENSIVA NEOCONSERVADORA E NEOLIBERAL**

A esta altura, é fundamental registrar que o golpe parlamentar de 2016 constituiu momento político de ruptura cujos impactos no campo das políticas educacionais, incluindo o processo de construção da BNCC<sup>11</sup>, foram visíveis. Com Michel Temer na Presidência da República, pôs-se em andamento um conjunto de reformas que, há tempos, gradativamente se impunham e, no âmbito educacional, deixaram pistas do que se defendia como qualidade da educação nesse novo contexto. Listamos a seguir algumas das referidas políticas:

---

<sup>11</sup> Não apenas no processo de construção, mas também no próprio documento da BNCC, conforme corroboram as análises de Souza, Giorgi e Almeida (2018), Souza (2019) e Daher e Souza (2022).

- Medida Provisória nº 746/2016 (atualmente, Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017), referente à reforma do Ensino Médio;
- Decreto do Poder Executivo de 26 de abril de 2017 que passou para a responsabilidade do MEC a organização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), antes incumbida ao Fórum Nacional de Educação (FNE);
- Portaria n.577, de 27 de abril de 2017 que, voltada a tratar do FNE, modifica sua composição, excluindo instituições como

a ANPEd, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), entre outras. Adicionalmente, centraliza nas mãos do Ministro da Educação a escolha dos membros de certas representações [...], além da definição de quem entra e quem sai do FNE, retirando do próprio Fórum a possibilidade de criação dos critérios para tais medidas [...] (SOUZA, GIORGI, ALMEIDA, 2018);

- Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017 que alterou o funcionamento do *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), por meio de determinações como: a- a instituição de um novo ciclo não mais de três, mas de quatro anos; b- a composição da equipe avaliadora escolhida pelo Ministro da Educação, com base numa lista de indicações feitas por algumas instituições<sup>12</sup>; c- a inclusão de instituições filantrópicas parceiras como possíveis beneficiárias do programa. Além disso, vale acrescentar que os editais do PNLD de 2019 e 2020 deixaram de

---

<sup>12</sup> O Decreto 7.084/2010 — que antes regulamentava o PNLD —, no artigo 14, especificava que a avaliação pedagógica das obras seria realizada por instituições de educação superior públicas. A instituição responsável deveria constituir uma equipe formada por professores do seu próprio quadro funcional, de outras instituições de ensino superior e também da rede pública de ensino. Isso contrasta com o que passou a ser determinado pelo Decreto 9.099/2017, no artigo 12, segundo o qual instituições como Consed, Undime, CNE, ANDIFES e outras instituições solicitadas pelo ministro da educação seriam as responsáveis por indicar membros para compor a equipe de avaliação pedagógica do PNLD, as quais, segundo o artigo 13, devem ser compostas por professores da rede pública e privada, da Educação Básica e do Ensino Superior.

considerar o combate à homofobia e à transfobia como critério de avaliação para aprovação das obras.

Tais medidas sinalizaram o grave cenário de retrocessos no campo da educação pública que começava a se impor, tanto em termos financeiros, quanto em termos da fragilização de sua democratização. Mostraram, ainda, um caráter centralizador do novo MEC, especialmente no que dizia respeito às decisões acerca do FNE, da CONAE e das equipes de avaliação do PNLD. Nesse sentido, conforme Souza, Giorgi e Almeida (2018, p. 104) tal conjuntura forjou

[...] uma visão neoliberal, neoconservadora e centralizadora, construindo a educação pública como espaço cada vez mais aberto para a atuação da iniciativa privada e, por outro lado, promovendo a dissolução de articulações em defesa da formação humana crítica.

Apesar de toda a nova conjuntura governamental constituída a partir de maio de 2016, a construção da BNCC prosseguiu dentro do previsto. Assim, passou-se à etapa dos seminários estaduais realizados pelo *Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)* e pela *União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime)*, de 23 de junho de 2016 a 10 de agosto de 2016, nas 27 capitais brasileiras. Tal fase, segundo o MEC, se caracterizou pela promoção de encontros que envolviam professores, alunos e gestores das redes públicas dos diferentes estados brasileiros. Para participar, era preciso atender alguns requisitos expostos nas chamadas públicas dos estados e realizar a inscrição. As contribuições foram organizadas e sintetizadas pelas referidas autarquias, tendo sido entregues ao MEC em forma de relatório.

Bem como a etapa de consulta pública, os seminários estaduais também foram mencionados pelos apoiadores da BNCC como argumento para defender a suposta natureza democrática do documento. Não obstante, houve contestações sobre a limitação da metodologia adotada para sua realização, que se caracterizou da seguinte forma:

[...] discussões em salas específicas, por áreas de estudo/componentes curriculares, e coordenada por moderadores que, em sua maioria, apresentavam slides com objetivos e conteúdos e os participantes optavam por uma das seguintes alternativas:

Para além das críticas feitas aos seminários estaduais, cabe esclarecer que Consed e Undime são autarquias que reúnem secretários estaduais e dirigentes municipais de educação, cargos esses que, não raro, são indicações políticas ocupadas não necessariamente por profissionais da seara educacional. Soma-se a isso a estreita afinidade entre tais entidades e o segmento privatista que busca interferir na educação pública: ambas apoiam o *Movimento pela Base* (MPB) e têm parceria com instituições como o *Itaú Social*, o *Todos pela Educação*, a *Fundação Lemann*.

Diante das articulações de Consed e Undime, percebemos que sua participação no processo de elaboração da BNCC é favorável às mesmas demandas defendidas pelos grupos aos quais se filia, apoiando um projeto que estimula a privatização da educação, por meio de diferentes estratégias, sejam de direcionamento ou de execução de políticas educacionais voltadas especialmente para a oferta educacional, gestão ou currículo (ADRIÃO; PERONI, 2018). Assim, por exemplo, o Consed usa arbitrariamente o espaço dos documentos destinados a reunir as contribuições advindas dos seminários estaduais para também registrar indicações que sequer foram debatidas nesse espaço, mas que representam seu próprio posicionamento – em diálogo com demandas promovidas pelo segmento privatista –, conforme explicitam suas próprias palavras:

Embora não tenha sido mencionado nos Seminários, o Consed avalia que o currículo do Ensino Médio deva ser organizado por competências.

Consed também vê com bons olhos a proposta de flexibilização da Base para o Ensino Médio, podendo essa etapa oferecer aos estudantes a possibilidade de cursarem uma parte dela comum e outra parte com ênfases e percursos específicos ou integrada à educação técnica ou profissionalizante. (CONSED; UNDIME; 2016, p. 21)

Pode parecer que estamos narrando um processo contínuo, no entanto, o relatório entregue por Consed e Undime passa aos cuidados não mais da equipe que atuou na redação das duas primeiras versões, mas sim de um *Comitê*

Gestor<sup>13</sup> responsável por designar uma nova equipe para a redação da Base<sup>14</sup> e também por conduzir a reforma do Ensino Médio. Tal comitê foi constituído por titulares de secretarias do MEC: *Secretaria Executiva, Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação Superior (SESU); Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)*, além do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)*. Tratou-se, portanto, de uma equipe de profissionais indicados pelo novo governo pós-golpe, novamente sinalizando uma tendência centralizadora na formulação da BNCC, a despeito do processo já percorrido.

Ainda sobre os integrantes desse comitê, Souza (2019) explica que entre eles houve profissionais cujas experiências relacionavam-se a questões como avaliações em larga escala e produção de material didático uniformizado para redes de ensino – nichos de ação de agentes privatistas –; além de apoiadores do *Movimento pela Base (MPB)*. Assim, consolidou-se gradativamente uma rede, tecida sob os interesses da iniciativa privada, que participou do processo de criação da BNCC e de significação da educação.

Em 06 de abril de 2017, segundo o discurso oficial, divulgou-se a suposta terceira versão da Base. No entanto, como resultado de uma sequência de cisões e arbitrariedades, em parte aqui registrada, surgiu um documento que, na prática, rompeu com o que vinha sendo desenvolvido, especialmente por:

- Abandonar a perspectiva dos objetivos de aprendizagem, priorizando uma organização por competências e habilidades;
- Excluir a etapa do Ensino Médio – cujo processo prosseguiu posteriormente, em separado, devido à imposição da *Reforma do Ensino Médio*, ferindo o princípio da Educação Básica nos moldes do que preconiza a LDB de 1996 (ANPED, 2018);

<sup>13</sup> Formalizado pela Portaria nº 790, de 27 de julho de 2016.

<sup>14</sup> De um total de 26 redatores da BNCC1-2017 e da BNCC homologada, apenas dois participaram da equipe de 116 especialistas que elaboraram a BNCC1-2015 e BNCC2-2016. (SOUZA, 2019)

- Obrigar o estudo de Língua Inglesa – alterando a possibilidade de escolha de uma Língua Estrangeira Moderna pela comunidade escolar, prevista até então na LDB de 1996.

Frente a tamanha diferença, entendemos que não se trata de uma terceira versão da BNCC, mas de uma nova primeira versão, a qual chamamos de BNCC1-2017. Optamos por esse modo de designação do documento para evidenciar os embates que configuraram o processo de construção desse currículo nacional, sem incorrer no equívoco de narrá-lo como algo contínuo e pacífico.

O cenário que se desenha nesse momento, portanto, é o de uma Base que desarticula a Educação Básica; e rompe com o debate feito até então (que já era alvo de inúmeras críticas por sua limitação). Além disso, a imposição da reforma do ensino médio – que começou a circular em setembro de 2016, isto é, após as etapas de consulta pública e seminários estaduais – induziu à construção de uma BNCC-EM ainda menos democrática, jogando por terra todo o debate desenvolvido para esta etapa<sup>15</sup>.

Em síntese, vimos que a partir de meados de 2016, tanto pelas políticas educacionais praticadas de forma ampla, quanto no que tange especificamente à produção da BNCC1-2017, delineou-se o fortalecimento de uma ofensiva neoconservadora e neoliberal que favoreceu caminhos menos democráticos e mais centralizadores na educação do Brasil.

## **APROVAÇÃO DA BNCC: DO PRETENSO EFEITO DE CONSENSO ÀS POLÊMICAS NO CNE**

Apesar do cenário de rupturas vivenciado, a BNCC1-2017 foi entregue ao CNE, o qual procedeu com o período de audiências públicas, mais um espaço de interlocução com a comunidade, de caráter consultivo (não deliberativo),

---

<sup>15</sup>Neste artigo, optamos por não abordar o processo de construção da BNCC-EM, que se deu a partir de 2016, tendo em vista que seu contexto de produção exige uma série de outras discussões que ultrapassam os objetivos e limites do presente texto.

realizado de 07 de julho a 11 de setembro de 2017, em cinco diferentes capitais brasileiras das cinco regiões do país – Manaus, Recife, Florianópolis, São Paulo e Brasília. Essa foi a última etapa de discussão e modificação do documento referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental<sup>16</sup>.

Nessa etapa, participaram instituições, órgãos, entidades e especialistas convidados, além do público geral. Todos precisavam realizar suas inscrições no site das audiências públicas da BNCC, porém, o público geral, em específico, dependia da disponibilidade de vagas. Adicionalmente, foi possível o envio de contribuições virtuais por meio do já referido site, até o último dia de audiência. Nesse sentido, entidades representativas e especialistas da área podiam encaminhar documentos – com autoria identificada –, dando contribuições fundamentadas a respeito da BNCC1-2017.

Ao falarmos sobre o CNE como condutor dessa fase de audiências, esclareçamos, não nos referimos a uma mesma configuração de sujeitos, afinal, o governo Temer, ao assumir, suspendeu indicações e reconduções de alguns conselheiros feitas por Rousseff. Não é nosso foco esgotar tal discussão, no entanto, vale sinalizar que

Refletir sobre os diferentes designados ao CNE [...] nos mostra um caminho para observar as questões que privilegiam certos pontos de vista a respeito da educação. Por exemplo, dois dos conselheiros designados para compor a CEB por Temer, a saber, José Francisco Soares e Nilma Santos Fontanive, são professores dedicados à investigação na área de avaliação, tendo interesse nas questões de avaliações externas de larga escala. (SOUZA, 2019, p.83)

Além disso, de 2015 a 2017, houve quatro diferentes configurações na comissão bicameral da BNCC no CNE, a primeira com 11 membros, a segunda com 18, a terceira com 21 e a última com 24 membros, ou seja, abarcando todos os integrantes do Conselho (BRASIL, 2017, p. 33-34). Tais questões reforçam o entendimento de que a BNCC não é resultado de um processo contínuo, mas sim de sucessivas cisões, disputas e intercorrências.

---

<sup>16</sup> Conforme mencionamos, o documento do Ensino Médio foi discutido em separado, após a aprovação da Lei nº 13.415/2017, tendo sido publicado em 14 de dezembro de 2018.

Findo o período de audiências, entre os dias 04 e 07 de dezembro de 2017, os conselheiros do CNE se reuniram para discussão interna. Debateu-se, então, um documento<sup>17</sup> que havia sido entregue pelo MEC há cinco dias, uma versão da BNCC1-2017 com ajustes em resposta às últimas contribuições decorrentes das audiências públicas, além das feitas pelos próprios conselheiros. Previa-se que o debate durasse dois dias, porém, a discussão ocupou um terceiro dia, levando ao adiamento da sessão deliberativa, em que seria votado o texto final da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (G1 EDUCAÇÃO, 2017).

Em 07 de dezembro de 2017, já na sessão pública de deliberação do parecer e da resolução da BNCC, foi divulgado um pedido de vista do processo, realizado coletivamente – no dia anterior e por escrito – pelas relatoras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttman e Márcia Ângela da Silva Aguiar. Diante disso, houve a suspensão da sessão de deliberação, viabilizando mais um tempo para a análise do documento. Contraditoriamente, nessa mesma sessão, instalou-se, por meio de voto favorável da maioria dos conselheiros, regime de urgência para o processo de aprovação dos textos da BNCC.

Em 15 de dezembro, enfim, ocorreu a sessão de deliberação em que se aprovou por maioria – 20 votos a favor e 3 contrários – o texto final da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Antonio Cesar Callegari, então presidente da comissão bicameral da BNCC no CNE, apesar de votar pela aprovação do texto, registrou elementos que considerou negativos, conforme o trecho a seguir:

Ressalto, contudo, minhas restrições: a não inclusão do ensino médio nessa proposta da BNCC, que se refere apenas ao ensino fundamental e à educação infantil, prejudicando uma visão do todo da educação básica; a exclusão das referências a gênero e orientação sexual, sendo que o MEC e a maioria dos membros do CNE acabaram cedendo às pressões das milícias fundamentalistas e ultraconservadoras que se posicionaram contra a existência dessas questões na BNCC (apresentei emendas para a sua reincorporação ao texto, infelizmente rejeitadas) [...]. (BRASIL, 2017, p. 45)

---

<sup>17</sup>De acordo com o CNE, a pedido do MEC, o documento em discussão não foi divulgado publicamente.

Esse registro é significativo para ilustrar o processo de negociações e os diferentes interesses em embate na construção da BNCC. Destacamos que, cerca de seis meses após a aprovação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, Callegari renunciou à presidência da comissão bicameral da BNCC, que debatia a BNCC do Ensino Médio. Em sua justificativa para tal, apontou discordância relativa à reforma instituída pela Lei 13.405/2017, conforme a seguir:

A meu ver, a proposta de BNCC elaborada pelo MEC evidencia os problemas contidos na referida Lei, aprofunda-os e não os supera. Ela sublinha o defeito de origem: a separação do ensino médio do conjunto da educação básica na concepção de uma BNCC. Eu e outros conselheiros insistimos nessa crítica desde o início do processo. Eis que, materializando nossos piores temores, a proposta do MEC para o ensino médio não só destoa, mas contradiz em grande medida o que foi definido na BNCC das etapas educacionais anteriores e é radicalmente distinta do que vinha sendo cogitado nas versões primeiras. Tinham, afinal, razão os que temiam rupturas e fragmentação da educação básica. (CALLEGARI, 2018, p. 2)

Em síntese, é possível compreender que a trajetória do CNE no processo de construção da BNCC foi marcada por suas diferentes composições, sucessivas alterações na comissão bicameral e tensionamentos acerca de temas neoconservadores que excluíram do documento conteúdos referentes à identidade de gênero e sexualidade. Tudo isso corrobora a ideia de que, apesar de aprovado e homologado pelo então ministro da educação em 20 de dezembro de 2017, tal documento está longe de ser resultado de consensos, apontando para um processo de silenciamentos que, conforme buscamos mostrar, fragilizam o sentido de democracia nas políticas educacionais brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscamos dar visibilidade aos tensionamentos que constituíram o processo de elaboração da BNCC, problematizando seu pretense efeito de consenso e sua caracterização como documento democrático. Para isso, no decorrer das seções, apresentamos as diferentes etapas do processo, considerando a indissociabilidade da conjuntura política em que se deram, construindo, finalmente, parte de um mapa que aponta uma

rede de relações que conformam políticas educacionais praticadas nos últimos tempos.

Falamos em mapa por nos pautarmos em contribuições da Cartografia Social (BARROS; KASTRUP, 2015), entendendo a pesquisa como possibilidade de mapear campos de força em movimento, em nosso caso específico, aqueles que entram em disputa para constituir a BNCC. Apesar de não estar em nosso escopo um aprofundamento nessa questão teórico-metodológica, cabe destacar que esse movimento de desenhar mapas

[...] não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele [o mapa] o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.

O mapa que traçamos, obviamente, está longe de esgotar as inúmeras relações que tensionam entre si o campo político-educacional, entretanto, expõe importantes disputas que podem ser silenciadas sob o véu do caráter normativo que a BNCC assume após sua aprovação. Assim, por meio do que aqui registramos, entendemos as influências das mudanças e rupturas no governo, envolvendo diferentes atores no MEC, no CNE, e também tendo em vista aqueles que reclamaram espaço na discussão – como a Câmara de Deputados com seu seminário em 2016. Compreendemos, ainda, as políticas centralizadoras praticadas no governo Temer quanto ao FNE e à CONAE, além dos desmontes financeiros, da reforma do Ensino Médio, das mudanças no PNLD, vislumbrando seus efeitos em uma nova versão da Base, a BNCC1-2017.

Esse mapa também faz ver em suas conexões os espaços de privilégio conquistados pelas demandas dos investidores sociais em educação, os quais conseguem ainda mais espaço a partir da mudança de governo com o golpe parlamentar de 2016. Somam-se a isso, conexões com o *Movimento Escola sem Partido* e toda uma articulação que ataca a liberdade de cátedra, a profissão docente e a diversidade social.

Retomadas as pistas que o mapeamento realizado nos sinaliza, compreendemos que apesar de o processo de criação da BNCC ser

constantemente defendido como democrático e participativo, em seu decorrer houve inúmeras mostras de que, na prática, o sentido de democracia foi gradativamente fragilizado e atacado. Em síntese, isso se deu desde a imposição da necessidade de criação de uma Base, passando pela mudança na perspectiva pedagógica do documento, até a arbitrária retirada das discussões de gênero e sexualidade e a imposição do estudo de Língua Inglesa, em detrimentos de outras possíveis línguas estrangeiras.

Por fim, não podemos nos furtar de registrar que a legitimação da BNCC, mesmo após todo o questionável processo de sua elaboração, no campo da educação, foi um indício do fortalecimento de articulações antidemocráticas que estavam por se consolidar num futuro próximo. Tais articulações nos levaram a viver anos de obscurantismo, negacionismo da ciência e ataques cada vez mais explícitos às instituições democráticas do Estado brasileiro. Tudo isso, portanto, reforça a importância de que sigamos traçando esses mapas, questionando pretensões a consensos e entendendo os valores em disputa na construção de políticas (educacionais, mas não apenas), de modo que possamos participar dos processos de forma consciente e em defesa da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. A formação das novas gerações como campo para os negócios? In.: AGUIAR, M. A. da S; DOURADO, L. F. (Orgs.) *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Education Development*, v. 64, p. 65-73, jan/2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.52-75.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Regimento das audiências públicas da Base Nacional Comum Curricular - 2017*. Disponível em:

[http://cnebncc.mec.gov.br/docs/regimento\\_ap\\_bncc\\_2017.pdf](http://cnebncc.mec.gov.br/docs/regimento_ap_bncc_2017.pdf). Acesso em: 15 abril 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Portal das Audiências públicas sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://cnebncc.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 abril 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 17 set. 2016.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017*. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CÁSSIO, Fernando. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. *NEXO Jornal*, 02 dez. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular>. Acesso em: 19 jul. 2018.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CÂMARA DOS DEPUTADOS). *A Comissão de Educação organizou ciclo de debates sobre a Base Nacional Comum Curricular*. 31 mai. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/programacao-para-o-ciclo-de-debates-sobre-o-bncc-dos-dias-31-05-e-02-06>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CONSED; UNDIME. *Posicionamento conjunto de Consed e Undime sobre a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular*. 2016. Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/relatorios/Posicionamento%20Consed%20e%20Undime.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DAHER, Del Carmen; SOUZA, Alice Moraes Rego de. Línguas estrangeiras em tempos de resistência: a quem serve uma BNCC monolíngue? *Revista Abehache*, n. 22, p. 86-103, dez/2022. Disponível em: <https://revistaabehache.com/ojs/index.php/abehache/article/view/441/338>. Acesso em: 26 jan. 2023.

G1 Educação. *Conselheiros levam Base Nacional Curricular a sessão deliberativa nesta quinta*. 07 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/conselheiros-levam-base-nacional-curricular-a-sessao-deliberativa-nesta-quinta-veja-como-sera-a-reuniao.ghtml>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MARINHO, Rogério. *Req. 157/2016*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 03 maio 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1454394&filename=REQ+157/2016+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1454394&filename=REQ+157/2016+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

MARINHO, Rogério. *Req. 158/2016*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 03 maio 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1454397&filename=REQ+158/2016+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1454397&filename=REQ+158/2016+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

MARINHO, Rogério. *Req. 159/2016*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 03 maio 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1454399&filename=REQ+159/2016+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1454399&filename=REQ+159/2016+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

MARINHO, Rogério. *Req. 160/2016*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 03 maio 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1454401&filename=REQ+160/2016+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1454401&filename=REQ+160/2016+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

MARINHO, Rogério. *Req. 161/2016*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 03 maio 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1454403&filename=REQ+161/2016+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1454403&filename=REQ+161/2016+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

REZENDE, Dorinha Seabra. *Req. 27/2015*. Comissão de Educação, Brasília, DF, 07 abr. 2015. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1317635&filename=REQ+27/2015+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1317635&filename=REQ+27/2015+CE). Acesso em: 21 mar. 2017.

SOUZA, Alice Moraes Rego de. *Base Nacional Comum para quem/ quem? Uma cartografia de conflitos discursivos na produção de um currículo oficial*. 2019. 357 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, Alice Moraes Rego de; GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio. Uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016: educação para o combate às discriminações? *Caderno de Letras da UFF*, Niterói, v. 29, n. 57, p. 97-116, 2º semestre 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/616/298>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SOUZA, Alice Moraes Rego de; LOPES, Shayane. Movimento pela Base, Fundação Lemann... e o professor?: parceiros (i)legítimos no debate sobre educação pública. *Currículo sem Fronteiras*, v. 22, p. 1 - 28, 2022. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2177-souza-lopes.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TOKARNIA, Mariana. Após revogar escolhas de Dilma, Temer nomeia 12 conselheiros de educação. In.: *Agência Brasil*, 05 jun. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/apos-revogar-escolhas-de-dilma-temer-nomeia-12-conselheiros-de-educacao>. Acesso em: 12 ago. 2017.

**Recebido em: 14/08/2023**

**Aprovado em: 17/10/2023**

**Publicado em: 23/11/2023**